

Senadores se revoltam com divulgação do voto secreto

Parlamentares negam e justificam posições na cassação de Luiz Estevão

HELAYNE BOAVENTURA E
FABIANO LANA

BRASÍLIA - A lista com o voto dos parlamentares na cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, revelada parcialmente pelo **Jornal do Brasil**, tomou conta das discussões de ontem no Senado. Um misto de revolta e desconfiança. Aos senadores que tiveram de explicar sua posição sobre a perda do mandato de Estevão restaram as justificativas. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a situação é ainda mais grave,

e um novo processo de investigação deve ser aberto. "O voto pode ter sido alterado. Com isso, um segundo processo, desta vez de fraude na votação, pode se iniciar", defendeu o peemedebista.

O discurso dos senadores que teriam votado contra a cassação é o mesmo: Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que promete renunciar hoje, estaria se vingando daqueles que trabalharam por sua saída do Senado. Mesmo o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), simpatizante confesso da causa de Estevão e um dos 18 nomes que

votaram contra a cassação, acusa Antonio Carlos de vingança. "Não há como demonstrar a veracidade da revelação, parece vingança", interpretou o peemedebista, que, no entanto, considera justificável qualquer voto. "O crime não é votar contra a cassação, mas violar a votação", contemporizou.

Acusado de ter visto a lista, o líder do bloco de oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), que também passou o dia em meio a explicações, acusou Antonio Carlos de disseminar a desconfiança sobre o Senado com insinuações e

defendeu até o presidente da República. "ACM quer fazer balaio de gato. Qualquer elemento contra alguém tem de ser com indício, até com relação a Fernando Henrique é fofoca", avaliou.

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), também optou por desacreditar os votos apontados até agora e avisou que não pretende divulgar qualquer lista que apareça. "Não atenderia a nenhum pedido porque a votação é secreta, imagine se vou promover ato que viole a Constituição", descartou Barbalho.